

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO.

THE PEDAGOGICAL DIMENSION OF THE WORKERS WITHIN THE SCOPE OF SOCIO-EDUCATION.

Veronica Rimes da Cunha¹

RESUMO

O texto apresenta a dimensão pedagógica do trabalho de assistentes sociais no âmbito da socioeducação, partindo de sua compreensão como trabalho concreto, cujas determinações estão dadas pela dinâmica de uma instituição na qual práticas e sujeitos conformam uma modalidade de trabalho social e combinado, articulando as funções coercitivas e pedagógicas, que caracterizam a atuação do Estado. Resulta de análises feitas sobre a política de atendimento dirigida aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa, mediatizada pela articulação das dimensões sancionatória, processual e socioeducativa. As relações interinstitucionais, as requisições e respostas profissionais são apresentadas a partir da inserção no processo de trabalho coletivo. Evidencia-se o potencial que a dimensão pedagógica do trabalho tem para contribuir na afirmação da proposta socioeducativa, ainda em construção.

Palavras-chave: Trabalho; Práticas pedagógicas; Serviço social; Socioeducação.

ABSTRACT

The article addresses the pedagogical dimension of the work of social workers within the scope of socio-education, Starts from the understanding of the work of social workers as concrete work, whose determinations are given by the dynamics of an institution in which practices and subjects form a modality of social and combined work, which articulates the coercive and pedagogical functions, which come to characterize the State action. It results from analyzes carried out on the service policy aimed at young people in compliance with socio-educational measures, mediated by the articulation of the sanctioning, procedural, and socio-educational dimensions. Interinstitutional relations, professional requests, and responses are presented based on their insertion in the collective work process. Evidence the potential that the pedagogical dimension of the work has to contribute to the affirmation of the socio-educational proposal, still under construction.

¹Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE).
Veronicarimes77@gmail.com

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

KEYWORDS: labor; pedagogical practices; social work; socioeducation.

1. INTRODUÇÃO

A dimensão pedagógica do trabalho do Assistente Social no âmbito da Socioeducação é apresentada a partir da reflexão sobre a divisão social do trabalho na sociedade capitalista, destacando como a apropriação do trabalho intelectual cumpre a função de exercer a dominação na esfera da reprodução social. Inicialmente é apresentada a abordagem sobre o trabalho social, resgatando a compreensão do serviço social como trabalho assalariado, para ampliar a compreensão sobre as determinações que incidem na organização e realização do trabalho profissional na esfera do Estado.

Em seguida a abordagem da Socioeducação no âmbito do aparato Estatal é discutida na sua função do exercício da dominação e da produção de consensos a partir da ampliação das funções do Estado capitalista.

A dimensão pedagógica do trabalho é resgatada a partir das reflexões acumuladas sobre o processo de trabalho coletivo na Socioeducação, assim como sobre as requisições e respostas demandadas institucionalmente e conseqüentemente, a reflexão sobre as respostas profissionalmente forjadas a partir do reconhecimento do potencial que a dimensão pedagógica tem para a afirmação da Socioeducação na garantia dos direitos dos adolescentes.

2. DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO, TRABALHO INTELECTUAL E DOMINAÇÃO NA ESFERA DA REPRODUÇÃO.

A divisão social do trabalho resultante da expansão mercantil permite a equiparação de todos os trabalhos realizados, reduzindo sua dimensão de trabalho concreto, de qualidade específica à dimensão abstrata, inespecífica; tal operação implica em conceber trabalhos diferenciados como trabalho socialmente necessário, uma vez que “o trabalho só pode se tornar social sob a forma de trabalho abstrato”, “através da igualação dos produtos do trabalho” (RUBIN, 1987, p. 143).

A divisão social do trabalho possibilita conceber trabalhos de natureza individual somente enquanto forma de “trabalho social”. O trabalho social destacado a partir da análise apresentada por Rubin fundamenta-se na teoria marxista do valor-trabalho, contribuindo para a compreensão sobre a divisão do trabalho como um processo relacionado à própria dinâmica de produção do valor de troca pelo capital, que ao destituir o trabalhador dos meios de

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

produção subordina-o às finalidades definidas por quem contrata sua força de trabalho, mediante uma relação contratual.

Iamamoto (2014) afirma que o “caráter social do trabalho só se mostra dentro do intercâmbio de mercadorias”, destacando que “a divisão do trabalho gera formas históricas de repartição do trabalho e de seus produtos” (IAMAMOTO, 2014, p. 361), mediado pelas necessidades mercantis. O que determina a compreensão da extensão, cada vez mais especializada, desta divisão social do trabalho para todas as esferas da própria produção (produção, distribuição, circulação e consumo), como também para a esfera da reprodução, particularmente no que diz respeito às funções do Estado de assegurar as condições gerais de reprodução do próprio ciclo do capital.

Assim, a divisão do trabalho articula as esferas da produção e da reprodução, desenvolvendo formas específicas e especializadas de trabalho que gravitam em torno da produção, mas que não necessariamente assumem a função de produzir valores de uso com a finalidade de valorizar o capital, muito embora sejam necessárias.

Marx (2004a) identifica que o trabalho que cumpre a função de valorizar o capital é o trabalho produtivo, aquele que ingressa no circuito da produção, mediado pelo valor de troca que o dono do capital paga ao trabalhador no mercado para utilizar sobre determinado tempo sua capacidade de trabalho. Trabalho que se troca por capital com a finalidade de valorizar o próprio capital.

No entanto, a distribuição do trabalho social não envolve apenas a distribuição dos trabalhadores produtivos pelos diferentes ramos de produção, mas toda uma gama de trabalhadores improdutivos, necessária aos processos mercantis de compra e venda de mercadoria em diferentes momentos da produção: compra e venda dos insumos para a produção da mercadoria, incluindo a força de trabalho, compra e venda das mercadorias produzidas e operação técnica das formas de compra e venda de dinheiro para o capital portador de juros e de empréstimo do dinheiro depositado nos bancos (COTRIM, 2012). Além disso, é lógico, de todo um crescente espectro de trabalhadores assalariados que trocam trabalho por renda na esfera dos serviços ou são assalariados para atuarem na esfera da reprodução social.

A organização do modo de produção capitalista ainda opera uma importante divisão no interior de cada um dos momentos como decorrência do longo percurso de expropriações sofridas pelo trabalhador: além da separação do trabalhador de seus meios de produção também separa no processo de trabalho os momentos de concepção, gestão e execução do

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 32, 2023.

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

trabalho, produzindo um novo tipo de trabalhador coletivo, no qual diferentes trabalhadores sem domínio do processo geral de trabalho atuam em atividades parcelares de concepção, gestão e execução do trabalho que antes era uno.

Tal separação produz no âmbito do trabalho coletivo aqueles que desempenham as funções de concepção e gestão e aqueles que as executam, ou seja, produz o trabalho intelectual e o trabalho manual como tipos de trabalho executados por diferentes frações de classe, ainda que interligados ao mesmo processo de produção de mercadorias.

A separação entre trabalho intelectual e manual só se torna possível mediante a organização científica do processo de trabalho. A apropriação da ciência pelo capital possibilitou mudanças significativas no processo de trabalho que foram observadas na história do capitalismo. Sedir Hirano (2001) mostra que quando o capital “tem como suporte a ciência”, ele amplia seu poder de exploração e dominação, mas adverte que,

A potência científica, enquanto elemento assimilado à produção, é meio de produção e capital fixo. Essa assimilação do conhecimento científico, realizada pela apropriação capitalista do saber social geral, é tendência da produção e reprodução capitalista, em sua fase avançada. (HIRANO, 2001, p. 12).

Pode-se inferir que o conhecimento científico e técnico na sua condição de saber humano acumulado, é também posto a serviço do processo de produção e reprodução de forma ampliada. O autor aponta a apropriação de um tipo de conhecimento técnico-científico que é incorporado como “meio de produção”, resultante de trabalho intelectual diretamente vinculado a essa esfera produtiva. No entanto, destaca que,

Existe um outro tipo de trabalho, não vinculado à produção imediata, e que é um trabalho intelectual, produtor de concepções justificadoras da forma histórica capitalista, para alcançá-la à condição de ser imperante e dominante (HIRANO, 2001, p. 14-15).

Essa distinção compreende duas modalidades de trabalho intelectual, que, embora sendo possuidores de saber, são apropriados de formas diferentes². Destacamos, porém, o que o autor aponta como “saber social”, produto do que o mesmo chama de “ciência específica do social”, que atuará como “instrumento de dominação ideológica do capital”, reproduzindo as relações sociais existentes (HIRANO, 2001). Assim, entendemos que em função da crescente distribuição da força de trabalho segundo o grau de desenvolvimento das forças produtivas do

² Para Sedir Hirano (2001) existe um tipo de trabalho intelectual que produz um saber que altera a forma de produzir e é incorporado como meio de produção, modificando-o, e outro tipo de trabalho que produz um saber capaz de alterar as relações entre pessoas.

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

capital e do trabalho, algumas funções atenderão à necessidade de reprodução dos processos de dominação política entre as classes e de difusão ideológica.

O autor aborda o exercício da dominação no desenvolvimento do capitalismo através de mecanismos políticos e de coerção direta. Destaca o uso do poder pessoal e das diferentes formas de violência. No grau mais desenvolvido desse sistema, a dominação se dá também mediante a apropriação do conhecimento, tendo a “ciência como suporte” do capital, expressando uma forma de “dominação econômica” (HIRANO, 2001).

A apropriação do trabalho intelectual como mecanismo de produção e difusão das concepções e ideias que tornam as relações sociais capitalistas justificadas e aceitas, incorporando o conhecimento tanto na produção quanto na esfera da reprodução. Vejamos:

Na fase de reprodução ampliada do capital, o trabalho diretamente produtivo torna-se cada vez mais um trabalho simples, fragmentado e apendicular, necessitando a mediação do trabalho técnico-científico para sua programação e planejamento material (...) Desse modo, no processo de desenvolvimento histórico da produção capitalista, ao chegar à etapa monopolista, manifesta-se, na esfera da produção, um espaço necessário para o trabalho de planejamento, programação e controle, resultante do desenvolvimento científico já alcançado pelas forças produtivas. (HIRANO, 2001, p.10-11).

O conhecimento, a organização e o controle do processo de trabalho, que antes compreendia a totalidade das funções exercidas pelos trabalhadores na realização de suas atividades, sofrem uma separação significativa em função da apropriação do conhecimento e do saber acumulado pelo capital, gerando uma separação entre as atividades de execução, organização, planejamento e controle, conduzindo assim, à maior racionalização do processo de trabalho.

O autor identifica dois tipos de trabalhador intelectual: um vinculado à produção de forma indireta, exercendo funções de gerência e supervisão, outro localizado fora da esfera produtiva, mas ainda assim, ao estar subsumido ao capital.

O trabalhador técnico-científico (tal como o trabalhador manual), enquanto personificação do trabalho diretamente subsumido ao capital, pertence à classe dominada. Se traduzirmos classe dominada por classe operária, trabalhador técnico científico, como trabalhador livre assalariado, subordinado ao capital, é um instrumento de racionalização no processo de extração da mais-valia. Ele se põe, no processo de trabalho, como uma capacidade de trabalho socialmente combinada que, além de ser capacidade produtiva, aparece com funções de ordenação e organização no processo de produção (HIRANO, 2001, p. 18).

Nesse raciocínio, considera que,

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

Os trabalhadores do pensamento são produtores dos elementos intelectuais das formas de dominação. Eles produzem não só a ideologia dominante e com vigência social, mas, também, as organizações sociais concretas de dominação da classe 71

dirigente do capital, ao produzirem e reproduzirem ‘os sistemas políticos e as concepções intelectuais imperantes’ (HIRANO, 2001, p. 19).

Portanto, o saber enquanto produto de esforço humano, sob o domínio burguês tende a ser apropriado como instrumento não só de dominação na produção, mas também nas relações sociais que conformam a esfera da reprodução. Podemos apreender dos argumentos do autor, que na fase dos monopólios, onde as forças produtivas estão em estágio maior de desenvolvimento, as estratégias e instrumentos de dominação organizados pelo capital operaram mudanças significativas nas formas de organização do processo de trabalho e na divisão social do trabalho, possibilitada pela subsunção do conhecimento à necessidade de acumulação, ou seja, reduz a capacidade intelectual a uma função técnica na organização e dominação do sistema econômico.

Para Mandel (1982), uma das características do capitalismo tardio³ foi a expansão do setor de serviços e das atividades da esfera da reprodução e, conseqüentemente, de suas funções intermediárias em razão da produção crescente de mercadorias e da necessidade de reconstituir as taxas de lucro declinantes em função de uma superacumulação.

Assim, a industrialização atingiu não apenas a esfera da produção, mas de forma significativa, a esfera da reprodução social, aprofundando as contradições desse sistema e demonstrando os limites do processo progressivo de valorização do capital. O Estado em sua relação com as classes ampliou suas funções, para além das já exercidas: a repressão e a integração das classes dominadas por meio de seus diferentes instrumentos.

Na tentativa de conter as crises do capital, ganhou destaque a dimensão da técnica, identificada por Mandel (1982) como “ideologia da técnica”, acreditando-se na sua capacidade de contornar ou eliminar as contradições. A racionalização do trabalho, que caracteriza a estrutura encontrada nas empresas, passou a ser uma estratégia potencialmente usada na busca da reestruturação do capitalismo com a expansão dos serviços.

Observa-se que a apropriação do conhecimento científico e tecnológico pelo capital aprimorou também os mecanismos de dominação ao sustentar-se na capacidade de ampliação do seu controle sobre a produção e sobre a classe trabalhadora ao introduzir métodos

³ O capitalismo tardio configura uma fase ulterior de desenvolvimento do capitalismo como modo de produção. Expressa uma “industrialização generalizada pela primeira vez na história” (MANDEL, 1982, p. 27) já sob o domínio das organizações dos monopólios e consolidada a expansão do imperialismo sob a direção do capital financeiro.

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

gerenciais que alteraram os procedimentos e instrumentos de execução e controle do trabalho. A amplitude desse processo dirige-se ao campo da reprodução social, alcançando as funções coercitivas e pedagógicas do Estado, racionalizando sua ação sob o primado da organização técnica e burocrática de tecnologias de intervenção social que, derivada da luta de classes, adentra a esfera institucional com uma profunda capilarização de práticas de controle social que penetram e regulam a esfera cotidiana da vida privada, conforme salienta Netto (2007).

Este é um traço fundamental para a análise da estrutura organizacional do Estado que, combinando suas funções coercitivas e de produção de consensos, organiza processos de trabalho coletivos no âmbito das políticas sociais nas quais se inserem os assistentes sociais, como aqueles que atuam nas instituições executoras de medidas socioeducativas.

A ampliação das funções do Estado é, portanto, um marco histórico, político e econômico que possibilita compreender a organização dos serviços sociais inscrita no movimento de expansão do capitalismo nas particularidades do nosso país. É na fase monopólica que esse tipo de trabalho especializado passa a ser requisitado para a realização de funções técnicas nas políticas sociais, compondo os esforços institucionais de administração das consequências da exploração do capital sobre o trabalho.

Ao ampliar suas funções, o Estado organiza e implementa os serviços sociais como uma das estratégias que visam garantir a continuidade do modo de produção pela via da “reprodução material e espiritual da força de trabalho” (IAMAMOTO, 2008, p.103) necessária ao capital.

Deste modo, os serviços sociais resultam da luta de classes que em determinado contexto ganha centralidade e visibilidade na cena pública, possibilitando a materialização de um conjunto de direitos sociais assegurados aos trabalhadores.

Para Netto (2007) a política social tem uma “funcionalidade essencial no capitalismo monopolista quanto à preservação e controle da força de trabalho” (NETTO, 2007, p. 31), chamando a atenção para a forma como o Estado vai responder às necessidades da classe trabalhadora. A organização das políticas sociais se dá através do recorte da questão social, incorporando-a como demandas sociais que são expressas em suas individualidades, logo, serão administradas nas suas “refrações”, esvaziando seu conteúdo político, expressando a incorporação do individualismo burguês na forma com que o Estado passou a tratar os problemas sociais de forma fragmentada e individualizada.

A natureza totalizante, se assumida conseqüentemente, impediria a intervenção. Donde a categorização dos problemas sociais e dos seus vulnerabilizados, não só
Serviço Social & Realidade, Franca, v. 32, 2023.

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

com a decorrente priorização das ações (com sua aparência quase sempre fundada como opção técnica), mas, sobretudo com a atomização das demandas e a competição entre as categorias demandantes. As implicações são de monta: o atendimento das demandas também opera na direção de travar representações menos mistificadas do processo (NETTO, 2007, p. 33).

Nesse sentido, a alternativa encontrada para o enfrentamento da questão social em suas refrações por meio das políticas sociais pautou-se na “rearticulação de vetores econômicos-sociais e políticos que sejam funcionais à lógica monopólica” e no “controle dos sujeitos que escapam à sua órbita” (NETTO, 2007, p. 34). Essa estratégia encontrada é apontada pelo autor como a existência de traços “públicos” e “privados” nas intervenções do Estado no trato com a “questão social”. O “traço público” está relacionado ao poder de regulação do Estado exercido por diferentes mecanismos, possibilitando a “integração das classes”, enquanto “o traço privado” consiste no “disciplinamento psicossocial dos indivíduos” que não estão integrados (NETTO, 2007, p. 34).

Portanto, compreende-se que a construção de políticas e serviços voltados para o alívio das mazelas sociais como estratégia de administrar a contradição que é própria desse sistema de produção, embora sejam resultantes de lutas sociais históricas, se realizam na articulação com os interesses econômicos e políticos em disputa.

O Serviço Social, enquanto profissão, resultante da divisão social do trabalho, é requisitado para atender necessidades sociais historicamente constituídas. Possui um caráter de classe, pois sua ação será convocada por quem o contrata e não pelos sujeitos para os quais as ações estão voltadas. Sua requisição tem como objetivo o controle ideológico exercido pelo Estado, assim como pelas instituições privadas (empresariais e filantrópicas) sobre a classe trabalhadora. Atua de forma exercer sua função pedagógica “interferindo na formação de subjetividades e normas de conduta, elementos moleculares de uma cultura”, ou seja, “no sentido gramsciano, como sociabilidade” (ABREU; CARDOSO; 2009, p. 595)

O trabalho assalariado é um elemento importante na análise das condições objetivas em que o exercício profissional se realiza, uma vez que o Serviço Social não está desvinculado da dinâmica que configura a distribuição do trabalho na sociedade, na articulação entre as esferas da produção e reprodução social. Iamamoto e Carvalho (2008), no entanto, as autoras não fazem uma análise que coloca a profissão numa condição subordinada aos processos de dominação burguesa de forma imutável, eles apontam a dimensão contraditória do exercício profissional, tanto na compreensão sobre o significado social dos serviços sociais quanto do próprio trabalho.

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

A atividade profissional - enquanto trabalho especializado inscrito na reprodução das relações sociais - é atravessada pelas contradições que constituem a sociedade capitalista. Portanto, ao mesmo tempo em que é requisitada como atividade necessária ao “exercício do controle social e na difusão da ideologia dominante” para o conjunto da classe trabalhadora, também pode contribuir para a “criação das condições de vida da classe trabalhadora” através da política social, considerada “o meio pelo qual a atividade é organizada” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 94).

A contradição não interdita o exercício profissional, mas sua identificação possibilita ampliar as margens de autonomia para o direcionamento da ação profissional, embora se reconheça a predominância do controle e difusão ideológica como elementos de uma determinação histórica estruturante. O que é de fundamental importância para se identificar os limites da mobilidade que pode ser exercida pelo assistente social com base em sua autonomia técnica, decorrente de seu estatuto profissional.

A compreensão sobre o controle exercido se dá também na capacidade de influenciar a vida e o comportamento dos sujeitos, contribuindo para a adesão de determinados padrões de sociabilidade, internalizando normas e orientações hegemônicas na sociedade, por isso entende-se que no modo capitalista o ato de “reproduzir e o de pensar são inseparáveis, e ambos se expressam no cotidiano da vida social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 109).

A subordinação da classe trabalhadora à sociabilidade burguesa se dá também através das estratégias de convencimento e internalização de normas sociais naturalizadas nas relações estabelecidas.

Tal subordinação é mediatizada pela integração da ‘clientela’ aos aparatos institucionais através dos quais se exerce o controle social, tornando-se esse profissional assalariado um agente auxiliar a serviço da racionalização de serviços prestados por essas organizações e intermediário entre elas e a população. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 96).

Destarte, se a política é o meio pelo qual o trabalho do assistente social se realiza e nela se opera uma racionalização, sua “base material encontra-se amparada nas formas de organização do processo de trabalho” (GUERRA, 1995, p. 134), visto que o trabalho estará organizado de forma fragmentada, subordinada e racionalmente controlada.

Embora a política social resulte das relações que homens estabelecem na disputa pela apropriação dos resultados da produção social, segundo a autora elas “aparecem aos trabalhadores apartados de interesses de classes” e são transfiguradas em “problemas de

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

natureza técnica” ou decorrente de processo de “desintegração dos indivíduos ao conjunto da sociedade” (GUERRA, 1995, p. 135).

Para a autora essa é a forma racionalizada com que o Estado opera seus serviços e ações, tendo como consequência o fato de apresentar as “questões sociais descoladas das relações de trabalho” e do “processo de acumulação do capital” (GUERRA, 1995: 136). Ao operar sob racionalidades específicas dissolve a essência que as constituem e, portanto, a intervenção do assistente social e o processo de trabalho no qual se insere sofre as configurações que fundam e marcam o trabalho na sociedade capitalista e a forma de organização e implementação das políticas sociais.

3. A SOCIOEDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO APARATO ESTATAL: DOMINAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONSENSO

A atuação de assistentes sociais com menores institucionalizados marcou suas primeiras formas de atuação, identificada na gênese da profissão no Brasil. Segundo Iamamoto e Carvalho (2008), a primeira iniciativa para o atendimento a essa população se deu com a criação do Departamento de Assistência Social do Estado em 1935, vinculado à Secretaria de Justiça e que tinha como uma das funções “estruturar os serviços sociais de Menores, Desvalidos, Trabalhadores e egressos de Reformatórios, Penitenciárias e hospitais e da Consultoria Jurídica do Serviço Social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 174).

Abordando a dialética do atendimento socioeducativo no Brasil, Celestino (2015) apresenta uma análise desde a instituição da FUNABEM até a construção do atual SINASE. Observando o Código de 1979, afirma a permanência ainda nos dias atuais de traços já cristalizados na legislação da época, principalmente no que tange à “conservação e reafirmação da soberania da autoridade judiciária”. Embora aponte como outros autores dessa política de atendimento, o Ministério Público, e os profissionais técnicos que são responsáveis pela construção dos relatórios de avaliação da “evolução dos Menores”. Tais atores funcionam como “auxiliares da autoridade judicial” (CELESTINO, 2015, p. 99).

Segundo a autora, a função dos técnicos estava voltada para a verificação da conduta e da personalidade dos “menores”, embora ela não descarte a existência de outras funções. Identifica que a promessa de prestação da assistência e proteção não se concretizou, tendo em

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

vista que “o ideário do bem-estar não viabilizou a integridade física, psicológica e o convívio familiar” (CELESTINO, 2015, p. 100).

Esses argumentos nos permitem localizar um lugar historicamente ocupado pelo Serviço Social no processo de institucionalização de “menores”, relacionando-o aos processos de controle das frações de classe e de difusão da ideologia dominante, buscando no ajustamento e na adesão dos sujeitos aos projetos da classe burguesa os elementos que justificam a requisição histórica desse fazer profissional. Entretanto, concordamos com as contribuições de Yamamoto e Carvalho (2008) no tocante aos processos de organização da classe subalterna em torno da construção de novas formas de consciência e luta, tanto pelo alargamento de seus direitos quanto pela direção social.

É neste sentido que compreendemos o conjunto de mobilizações que marcaram o país em sua transição para uma via democrática, do qual o Serviço Social, enquanto categoria, inserida no conjunto das relações sociais foi atuante na sua condição de classe trabalhadora.

A instauração do Estado democrático no país, com a aprovação da Constituição Federal de 1988, chocou-se com as ideias neoliberais já em curso e pautaram o novo modelo de estruturação não só da produção, mas também das formas de regulação social do Estado, dando novos contornos à configuração do Estado Brasileiro e das Políticas setoriais em construção. Behring e Boschetti (2009), ao apresentarem a história e o fundamento das políticas sociais, destacam a dura disputa em torno do reconhecimento dos direitos sociais, pois, a transição democrática foi atravessada pelas propostas neoliberais no início dos anos 1990, difundindo-se a necessidade de “reformular” o Estado com recorrentes críticas à Constituição, dita como “perdulária e atrasada” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 184).

A entrada nos anos 1990 foi marcada por um processo de contrarreforma neoliberal⁴, colocando em xeque a reforma constitucional, recentemente implementada, e com graves consequências para as políticas sociais no Brasil. A proposta de Reforma Administrativa do Estado adotou estratégias de corte dos gastos públicos com a proteção social, subordinando os investimentos públicos às necessidades de expansão do mercado, a flexibilização da estrutura burocrática do Estado, pautando a organização e implementação dos serviços públicos por meio dos critérios gerenciais tendo como foco a otimização dos custos e a ênfase em resultados.

⁴ Para maior aprofundamento sobre o processo de contrarreforma do Estado ver a obra “Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos” (BEHRING, 2003).

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

Apesar da construção de diferentes políticas setoriais, requisitando maior intervenção do Estado, a adesão ao modelo de administração pública pautado na proposta neoliberal tencionou a estruturação dos serviços, tendo em vista que ao reconhecer direitos reivindicados, institucionalizou-os atendendo aos interesses de adesão do país ao neoliberalismo. Logo, a defesa “do modelo neoliberal como modelo macroeconômico da sociedade contemporânea” (GURGEL, 2003, p. 123) implica em uma nova “roupagem” para as políticas públicas, seja ela de cunho social ou econômica.

O novo regime de acumulação adotado para conter a crise experimentada pelo capital na década de 1970 exigiu mudanças na forma de regulamentação do trabalho, nas “tecnologias de gestão e de produção”, expressando mudanças na “relação do Estado com a economia e a sociedade” (GURGEL, 2003). A atuação do Estado na economia levou a privatização de empresas, “flexibilização” na forma de contratação da força de trabalho, na abertura de setores que possibilitaram a expansão de empresas privadas em áreas que anteriormente eram prioritariamente administradas pelo Estado.

O modelo de organização adotado introduziu novas formas de gestão do trabalho, de métodos e processos pautados na administração gerencial, forjando também novos comportamentos, relações sociais e de consciência pautada no novo padrão de mercado, conduzindo a adesão “aparentemente voluntária” do trabalhador. A difusão de teorias e valores que fundamentam a lógica gerencial, segundo o autor, demonstra “o poder ideológico das tecnologias de gestão contemporânea” (GURGEL, 2003, p.162).

Para além do controle direto da forma de organização do trabalho e do uso da força de trabalho em si, podemos entender que o modelo instaurado pelo neoliberalismo, que vem orientando as formas de organização e implementação das políticas sociais, apresenta um novo padrão de racionalidade pautado pelas ideias gerenciais em curso, que Gurgel (2003) concebe como novo “discurso ideológico” pautado na “flexibilidade”, que esconde a essência da exploração a qual a sociedade está exposta por trás da aparente “flexibilidade” dessa proposta. Portanto, a nova racionalidade instaurada pelo modelo de gestão contemporânea, inspirado no ideário neoliberal, implicou em nova forma de organização das políticas e serviços regulamentados após a Constituição de 1988.

A imbricação entre a esfera pública e privada como estratégia política e econômica adotada para a administração dos recursos disponibilizados para investimento em determinadas áreas implicou em mudanças na forma de prestação dos serviços, reconfigurando também os espaços de atuação dos assistentes sociais. Os autores destacam

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 32, 2023.

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

que “nas instituições públicas estatais a organização dos processos de trabalho coletivos tem como suporte os aparatos legais e organizacionais que expressam conquistas sociais”, portanto, prevalecendo na prestação dos serviços a sua dimensão ‘sociopolítica’” (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 146).

Apesar de resultar de lutas e conquistas sociais e ter como finalidade atender parte dos direitos requisitados através da prestação dos serviços sociais, estes são organizados e materializados por meio dos planos, programas e projetos pautados por diretrizes, princípios e objetivos, que traduzem uma racionalidade pautada na administração gerencial contemporânea.

Entender as expressões que a racionalidade pautada no padrão gerencial contemporâneo apresenta é fundamental para a análise sobre suas implicações no processo de trabalho coletivo no âmbito da política, considerando: o recorte que assume, a localização na esfera de poder do Estado e a natureza ou finalidade institucional. Ao analisar o trabalho do assistente social, no âmbito das políticas públicas, Almeida e Alencar (2011) destacam que as “racionalidades e tendências” que estão presentes vão estabelecer “dinâmicas próprias às políticas setoriais” e “produzir interfaces em relação aos processos de trabalho institucionais”.

Essas tendências apontam ao direcionamento tanto da estrutura assumida pela política setorial quanto da forma como os serviços estão sendo operacionalizados. Neste sentido, pensar o trabalho do assistente social na política de atendimento ao adolescente em cumprimento de MSE implica observar que essa política de atendimento se desenvolve a partir dessas racionalidades contemporâneas que estão presentes nas políticas setoriais identificadas pelos autores, cujas particularidades, ao serem resgatadas, revelam suas implicações sobre o trabalho profissional.

O paradigma da proteção social integral, instaurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, apontou para a construção de um novo modelo de intervenção do Estado, reconhecendo a proteção social como direito desse segmento social considerando seu processo de desenvolvimento. Buscou, através da articulação entre diferentes serviços, instituir uma prática de atenção pautada na garantia de direitos fundamentais e sociais expressos na Constituição Federal, além de estabelecer a relação do Estado com a família e a sociedade na viabilização da proteção social.

Porém, ainda que o novo paradigma instaurado apontasse para uma mudança no tratamento dado à infância e adolescência no Brasil, a implementação dessa política, foi

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

atravessada por disputas políticas, econômicas e sociais em curso, incorporando também orientações dos organismos multilaterais para o campo da proteção social, levando inclusive à necessidade de avançar na construção de um Sistema de Garantia de Direitos como estratégia para dar materialidade à proteção integral.

O Sistema dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal (BRASIL, 2006).

A proteção integral foi estruturada na forma de sistema, integrando seus diferentes subsistemas: de Educação, de Justiça e Segurança, de Saúde e de Assistência Social. Com a construção do SINASE, esse foi inserido ao SGD, através da articulação com os demais subsistemas. Observa-se que o SINASE estabelece uma interface com as diferentes políticas setoriais e as distintas esferas governamentais e instâncias de poder, definindo-se como um “conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa” (DEGASE, 2013, p. 83).

O que se observa é a tentativa de construção de um modelo de atendimento que articula as diferentes políticas públicas integrando tanto a esfera governamental quanto não governamental na implementação dos serviços, por meio de sua estruturação a partir dos eixos de promoção, defesa e controle nas três esferas, mas com pouca concretização dos serviços e articulação das políticas setoriais.

4. PROCESSO DE TRABALHO COLETIVO NA SOCIOEDUCAÇÃO E A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS

No Estado do Rio de Janeiro, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), é o Órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade, e está vinculado à Secretaria Estadual de Educação desde 2008, quando as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram descentralizadas. As medidas não restritivas, municipalizadas, passaram a ser executadas pelos Centros de Referência da Assistência Social (CREAS).

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

A nova lógica incorporada pelo SINASE, instituído na forma de sistema, organiza-se segundo as atuais tendências e racionalidades presentes nas políticas na atualidade. Dessa forma, o processo de trabalho coletivo no qual se insere o Serviço Social, numa instituição para adolescentes em cumprimento de medida, apresenta as tensões provocadas pelas mudanças nesses espaços de atuação profissional.

Essas tensões revelam a nova lógica que vem se instituindo, com a proposição da articulação entre diferentes políticas públicas, mas que incorpora como concepção a duplicidade do caráter e da natureza de uma medida aplicada a quem se atribui a autoria de uma ação infracional. A dupla natureza incorporada na medida socioeducativa considera seu **viés sancionatório**, que se efetiva pela desaprovação de sua conduta, atrelado ao **viés pedagógico**, que se espera alcançar por meio da oferta de serviços e atividades diversas que busquem sua responsabilização e alteração de conduta, mediante a construção de um “novo projeto de vida”.

A dupla natureza da medida esbarra na difícil tarefa de convivência e compreensão desses aspectos que as caracterizam em unidades historicamente marcadas pela cultura disciplinadora e práticas autoritárias. Significa romper com modelos cerceadores de direitos e que reforçam estigmas cristalizados nessas instituições para avançar no reconhecimento do adolescente com sujeito em desenvolvimento, e, portanto, portador de direitos, mesmo no momento de suspensão da sua liberdade de ir e vir.

A socioeducação, como política de atendimento, vai se realizar pela incorporação de instrumentos de controle social, mediante práticas de cerceamento da liberdade juvenil e do afastamento dos indivíduos singulares de suas famílias, na aplicação das medidas de privação de liberdade ou de semiliberdade. Expressa uma intervenção do Estado na esfera privada através da suspensão ou restrição de direitos, tendo no Poder Judiciário o polo deflagrador da racionalidade processual que se interpõe ao cumprimento da medida socioeducativa.

A racionalidade é operada através de um rito que busca na organização de elementos de provas e aplicação de sentenças, pautados por prazos e instrumentos da burocracia estatal, a forma privilegiada a partir da qual o aparato organizacional que constitui o Estado burguês materializa os processos de dominação política sobre a classe trabalhadora (NETO, 2007; HIRANO, 2001). Racionalidade que impõe ao trabalho da equipe técnica atribuições e rotinas que ultrapassam as previstas pelo SINASE na perspectiva socioeducativa, conquanto, indica um padrão pericial, subsumido à dinâmica peculiar da esfera judiciária (ALMEIDA; ALENCAR, 2011).

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 32, 2023.

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

Concomitantemente, a socioeducação, também vai se realizar pela incorporação de instrumentos que visam para além do controle, a introjeção de valores socialmente hegemônicos, que não foram incorporados de forma espontânea, ou que em função de comportamentos que se rebelam contra a ordem societária vigente, rompem com as normas historicamente estabelecidas numa sociedade dividida em classes e marcada pelos constantes conflitos que decorrem dessa divisão e que se expressam de diferentes formas na vida cotidiana.

A autonomia técnica da equipe e, em particular, do assistente social, seu compromisso ético e político, não se efetivam fora e de modo desvinculado das funções educativas do Estado no campo da dominação ideológica, ao contrário, ela se expressa como um dos polos dessa contradição.

Os instrumentos acionados para o exercício da dominação ideológica e introjeção de valores hegemônicos, podem ser identificados na incorporação de diferentes atividades de cunho educativo, e na viabilização de serviços que devem ser acessados mediante a articulação com as demais políticas sociais setoriais.

A socioeducação, como instrumento contemporâneo, através do qual o estado burguês intervém na questão da juventude infratora, expressa sua função educativa, ao passo que reconhece e incorpora a chamada garantia de direitos em sua proposta de atendimento em função da adoção do paradigma da proteção integral.

A função educativa do Estado tem na dimensão pedagógica que caracteriza a medida socioeducativa, sua forma concreta de expressão, materializada nas atividades organizadas no processo de trabalho coletivo e incorporada nas ações desenvolvidas pelos trabalhadores que se inserem na esfera da reprodução (ABREU; CARDOSO; 2009). Esses trabalhadores atuam como funcionários de uma instituição de natureza pública, embora se observe a articulação com instituições de natureza jurídica distintas na organização e implementação de suas ações, expressando as formas pelas quais passa a implementar as políticas sociais a partir do contexto de “contrarreforma” (BEHRING, 2003).

No início do cumprimento da medida socioeducativa o trabalho é pautado pela construção dos primeiros documentos a serem encaminhados ao Judiciário sob a responsabilidade da equipe técnica e ciência do adolescente e responsável. Os documentos estão sujeitos a prazos para serem homologados pelo juiz, mas pode sofrer impugnação, o que implica na obrigatoriedade de elaboração de novos documentos que atendam as demandas judiciais. Há toda uma prescrição para o trabalho dos profissionais na socioeducação, que

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 32, 2023.

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

envolve desde o estabelecimento de compromissos a serem assumidos pelos adolescentes e familiares no início da medida, passando pela construção de um projeto de vida, cujo resultado esperado consiste na mudança de comportamento dos sujeitos sobre o qual se aplica a medida socioeducativa.

O entrelaçamento entre o aspecto sancionatório da medida e o pedagógico se expressa em diferentes momentos. A medida já inicia com a assinatura de termos de compromissos com as metas e pactuações estabelecidas, dando sequência a uma série de procedimentos que foram incorporados no processo de trabalho definidos a partir da processualidade que é própria do trabalho no campo do judiciário. Mesmo sendo implementada por uma instituição a qual se atribui a função de executar a política de atendimento, há a incorporação de uma série de procedimentos e documentos intimamente vinculados à necessidade de controle exercido pelo poder Judiciário, que tensiona de forma intrínseca toda lógica de funcionamento e realização do processo de trabalho com os adolescentes, mediado pela necessidade de elaboração e apresentação de documentos que comprovam diferentes aspectos da vida do adolescente durante a medida.

A inserção dos profissionais no acompanhamento de uma medida, compreendido como trabalho especializado no campo da reprodução, encontra-se umbilicalmente vinculado às instâncias onde o exercício do controle e da dominação política se impõe de forma intensificada. Ainda que essas instâncias se vinculem de maneira conceitual e formal à chamada defesa de direitos, detêm a centralidade do poder de decisão de tal forma que provoca a subordinação do conteúdo e dos objetivos do trabalho dos profissionais que atuam na esfera da execução às demandas judiciais. Tal processo tende a reforçar a lógica hierárquica de distribuição dos trabalhadores que se vinculam à diferentes instituições estatais em processos de trabalho que se articulam e se sobrepõem.

O SINASE em seu art. 58 define que, “por ocasião da reavaliação da medida, é obrigatória a apresentação pela direção do programa de atendimento de relatório da equipe técnica sobre a evolução do adolescente no cumprimento do plano individual” (BRASIL, 2012). Dessa forma, condiciona o trabalho técnico aos objetivos jurídicos formais relacionados à responsabilização do adolescente, além de implicar numa perspectiva pautada na avaliação da capacidade de “evolução” do sujeito num contexto institucional que lhe priva a liberdade, ainda que sob o viés do reconhecimento de direitos humanos e sociais.

O protagonismo exercido pela equipe de referência do adolescente, previsto pelo SINASE, na qualidade de principal responsável pela execução do PIA, não garantiu algum

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 32, 2023.

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

grau de autonomia que lhe permitisse requisitar a reavaliação quando considerada como necessária pelos profissionais técnicos, reconhecendo apenas ao diretor do programa, ao Defensor Público, ao MP, ao próprio adolescente e ao responsável o direito de requerer (BRASIL, 2012).

De acordo com as requisições e orientações que constam nos instrumentos regulatórios da socioeducação, o profissional que atua diretamente na execução da medida e no acompanhamento do adolescente envolvido em ato infracional tem um lugar subsidiário que lhe é reservado se considerada a relação entre a esfera executiva e esfera judiciária. Expressa na forma subordinada pelo qual o trabalho é solicitado, numa vinculação estreita dos conteúdos e instrumentos de trabalho com o que se torna o objeto e objetivo final do trabalho na perspectiva do Judiciário: o apelo à responsabilidade formal e abstrata do adolescente frente ao ato cometido.

Contraditoriamente, se o SINASE não reserva maior autonomia aos profissionais diante da possibilidade de avaliar a medida aplicada e requisitar sua substituição considerando os aspectos já previstos em lei para o pleito desse direito, atrelou a avaliação do técnico às exigências formais de indicação do programa para possível progressão da medida.

Se por um lado o SINASE afirma “o protagonismo a ser exercido pelos profissionais responsáveis pela execução direta da medida”, considerando sua participação ativa na construção de vínculos de responsabilidade com o projeto construído pelo e para o adolescente, por outro lado, o fez de tal forma que condicionou o conteúdo e o objeto a ser trabalhado na socioeducação aos resultados requisitados pela autoridade jurídica mediante a manutenção do poder decisório que este detém em sua relação institucional com as unidades de execução.

O trabalho junto ao adolescente e à família no acompanhamento da medida também pode ser direcionado para compreender, nos relatos que eles trazem sobre sua trajetória e história de vida, a forma como forjam sua existência, as relações familiares ou afetivas construídas, o contexto e fatores que contribuem para o envolvimento em situações ilícitas e as condições objetivas de sua reprodução social, ultrapassando a imediatividade dos procedimentos técnicos amparados única e exclusivamente nas orientações do Plano individual de atendimento (PIA).

Deste modo, parte do trabalho realizado pelas assistentes sociais imprime à socioeducação um componente não restrito à individualização do adolescente, componente

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

central do que Netto (2007) destaca como função da política social no trato da questão social pelo Estado burguês ao traspor da esfera pública para a privada os problemas sociais.

O conteúdo acionado pelas assistentes sociais está relacionado ao conhecimento adquirido na formação profissional, que permite identificar o lugar social que esse segmento ocupa na estrutura de classe, como no seu cotidiano de vida se manifesta a desigualdade a qual estão sujeitos, em quais condições e lugar/território forjaram sua sociabilidade, se num contexto de violência familiar ou comunitária, como se dá a reprodução do seu grupo familiar, quais os dilemas vivenciados cotidianamente.

Isto permite ao profissional trabalhar a concepção de família, entender a inserção na estrutura de classes que fazem parte dessa construção de sociedade e entender que a formação da individualidade tem relações com a forma de sociabilidade forjada em determinado contexto histórico, pois a figura do indivíduo infrator é também uma construção histórica e social que se forma na realidade de uma cidade/metrópole marcada por elementos de violência e disputa territorial, somadas às expropriações vivenciadas pelos sujeitos.

O conhecimento sobre as determinações que incidem nas condições concretas de vida dos sujeitos com os quais lidamos diariamente permite analisar de que forma a desigualdade experimentada impacta em sua vida de forma objetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O público da socioeducação tem um histórico de rompimento do vínculo escolar ou de não haver construído esse vínculo durante sua trajetória de vida. Pensar a relação entre trabalho e educação nessa realidade é considerar quais as possibilidades reais de inserção no mundo do trabalho com os serviços disponibilizados numa unidade de medida socioeducativa, que tipo de formação e de trabalho se disponibiliza para os adolescentes que trazem considerável histórico de defasagem escolar frente ao atual contexto social e econômico de precarização das relações de trabalho, do aumento do subemprego e do vínculo informal.

O trabalho nesse espaço deve proporcionar ao adolescente a compreensão de que sua história de vida não está descolada do todo, é expressão de uma determinada forma de sociedade, onde a situação experimentada de forma individual tem relações com outras experiências individuais. O ponto em comum se dá na condição de classe, pois enquanto sujeito histórico de uma sociedade fundada na divisão da sociedade em classes, sua vida material é marcada profundamente pela desigualdade.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 32, 2023.

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

Pedagogicamente, a atuação deveria provocar no sujeito com o qual se atua uma ampliação na forma de compreender o contexto no qual se desenha o ato praticado, inscrito num determinado modelo de sociedade.

A ausência de discussão sobre o processo de trabalho coletivo na socioeducação dificulta o debate em torno dos desafios do trabalho multidisciplinar, principalmente quando a divergência de compreensão sobre o adolescente e o ato infracional transparece nos relatórios dos profissionais.

Do ponto de vista institucional, o resultado do trabalho com o adolescente em cumprimento de medida tem sido o acionamento de aparatos jurídicos e institucionais das políticas possíveis durante o percurso numa unidade de internação. O profissional é o ator institucional que irá acionar os serviços necessários ao atendimento das necessidades imediatas dos jovens institucionalizados, serviços que só passam a ter acesso quando todos os seus direitos já foram violados antes de sua chegada numa instituição socioeducativa.

O direito ao acesso aos serviços se dá de forma invertida, após a violação ocorrida. Uma unidade de internação passa a cumprir a função social de acionar os mecanismos de acesso aos serviços que não foram acessados. Observa-se aqui uma inversão já aludida neste trabalho: a proteção é assegurada quando o direito foi violado e não como forma de prevenir esta violação. ,protetivas para um segmento populacional que só as acessa mediante a suspensão do direito à liberdade e a subordinação à lógica processual.

REFERÊNCIA

ABREU, M. e CARDOSO, F. “Mobilização social e práticas educativas”. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ALMEIDA, N. e ALENCAR, M. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BEHRING, E. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. 6ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 2009.

BRASIL. **Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006**. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: CONANDA, 2006.

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO

_____. Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília, DF: BRASIL, 2012.

CELESTINO, S. **Entre a FUNABEM e o SINASE**. O dilema do atendimento socioeducativo no Brasil. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2015. (mimeo).

COTRIM, V. **Trabalho produtivo em Karl Marx**: velhas e novas questões. São Paulo: Alameda, 2012.

DEGASE. Departamento Geral de Ações Socioeducativas. **Socioeducação: legislações, normativas e diretrizes nacionais e internacionais**. Rio de Janeiro: DEGASE, 2013.

GUERRA, I. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

GURGEL, C. **A gerência do pensamento**: Gestão contemporânea e consciência neoliberal. São Paulo: Cortez, 2003.

HIRANO, S. Política e economia como formas de dominação: O trabalho intelectual em Marx. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**. S. Paulo, 13(2): 1-20, nov. de 2001.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2014.

_____; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 2008.

MANDEL, E. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. Processo de trabalho e processo de valorização. In: ANTUNES, R. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004a. pp 35-69.

NETTO, J. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Pulo: Cortez, 2007.

RUBIN, I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Pólis, 1987.